



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 610/12

EMENTA: Cria a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criada a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica alterado o artigo 254 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea "j", com a seguinte redação:

"Art. 254. Fica criado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

a) (...)

(...)

j) a 2ª Vara de Inquéritos Policiais."

Art. 3.º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 4.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara de Inquéritos Policiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5.º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Art. 6.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

[Handwritten signature]



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

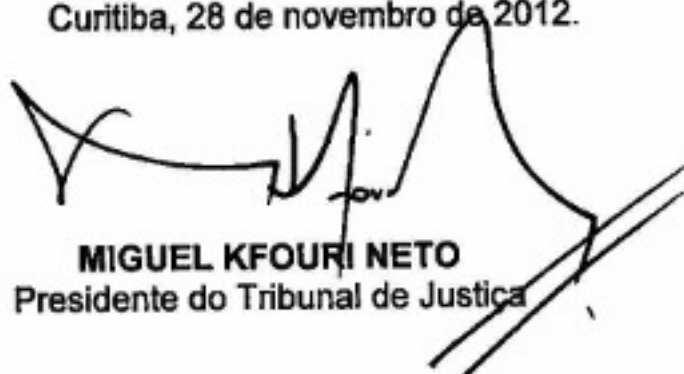


DECLARAÇÃO

112
3.0

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de entrância final, e cargos de assessoramento, possui adequação com a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 28 de novembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de entrância final, conforme consta do protocolado de nº 383.265/2012, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

A proposta altera o art. 254, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca passará a abranger duas Varas com tal competência.

A criação da 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de entrância final, bem como a criação dos cargos de assessoramento, foram objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 19 de novembro de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 26 de novembro de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

A publicação do Anexo V, com a totalização dos Juízes de Direito dos Foros Centrais, Foros Regionais e Comarcas de entrância final é medida que se impõe diante das constantes alterações promovidas



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



nessas comarcas. Assim, consolida-se o número total de Juizes de Direito de entrância final atualmente existente no Estado do Paraná.

Registre-se que os custos com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$ 44.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 575.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 637.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Criminal são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 40.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 492.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 517.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...	
CURITIBA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrada Final	
FORO JUDICIAL	
...	
1ª Vara de Inquéritos Policiais	
2ª Vara de Inquéritos Policiais	
...	
FORO EXTRAJUDICIAL	
...	

RS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL -- ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
...								
1ª INSTÂNCIA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba	Final		60	94	8	20	64	246
Foro Regional de Almirante Tamandaré	Final			4		1		5
Foro Regional de Araucária	Final			4		1		5
Reclassificado em Comarca de entrância Inicial								
Foro Regional de Bocaiúva do Sul	Final			1		1		2
Foro Regional de Campina Grande do Sul	Final			4		1		5
Foro Regional de Campo Largo	Final			7		1		8
Foro Regional de Colombo	Final			3		1		4
Foro Regional de Fazenda Rio Grande	Final			3		1		4
Foro Regional de Pinhais	Final			4		1		5
Foro Regional de Piraquara	Final							
Reclassificado em Comarca de entrância intermediária								
Foro Regional de Rio Branco do Sul	Final			9		3		12
Foro Regional de São José dos Pinhais	Final			133	8	31	64	296
SUBTOTAL		0	60	133	8	31	64	296



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA								
Foro Central de Londrina	Final			27		6	15	48
Foro Regional de Cambé	Final			4		1		5
Foro Regional de Ibiporã	Final			2				2
Foro Regional de Rolândia	Final			3				3
SUBTOTAL		0	0	36	0	7	15	58
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ								
Foro Central de Maringá	Final			19		4	12	35
Foro Regional de Mandaguai	Final			1				1
Foro Regional de Mandaguai	Final			2				2
Foro Regional de Marialva	Final			2				2
Foro Regional de Sarandi	Final			4		1		5
Foro Regional de Nova Esperança	Final			2				2
SUBTOTAL		0	0	30	0	5	12	47

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
Apucarana	Final			5		1	2		8
Araongas	Final			5		1	2		8
Campo Mourão	Final			5		1	2		8
Cascavel	Final			14		3	6		23
Cianorte	Final			4		1	2		7
Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba									
Curitiba				14		3	6		23
Foz do Iguaçu	Final								
Francisco Beltrão	Final			5		1	2		8
Guarapuava	Final			8		3	4		15
Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Londrina									
Londrina									
Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Maringá									
Maringá				7		1	2		10
Paranaguá	Final								
Paranavai	Final			5		1	2		8
Pato Branco	Final			4		1	2		7
Ponta Grossa	Final			14		3	6		23
Toledo	Final			7		1	2		10
Umuarama	Final			6		1	2		9
União da Vitória	Final			5		1	2		8
SUBTOTAL		0	0	108	0	23	44	0	175



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Jizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
ENTRÂNCIA FINAL								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba		28	41	8	8	22		107





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 28 de novembro de 2012.
Of. nº 1.623/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 03/12/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de entrância final, e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 610/12

Projeto de Lei nº. 610/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS. FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 610/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1623/12 que objetiva criar a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

A proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, são estimados em aproximadamente R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para o exercício de 2012, R\$575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2013 e R\$637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Informa ainda, o autor que os custos com o preenchimento dos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Criminal são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) para o exercício de 2012, R\$492.000,00 (quatrocentos e noventa e dois mil reais) para o exercício de 2013 e R\$ 517.000,00 (quinhentos e dezessete mil reais), para o exercício de 2014.


Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.


Insto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões,

17/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR

Elio Rusch

ANTEPROJETO DE LEI Nº 654/12

Altera a Lei n. 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, que Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Art. 1º. Fica alterado o § 2º do art. 21 da Lei 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A falta de recolhimento do ICMS declarado por meio da GIA/ICMS mensal, **desde que não regularizada no prazo de sessenta dias**, no período de vigência do parcelamento, implica sua rescisão imediata.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de maio de 2.012.

Palácio do Governo, 18 de dezembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

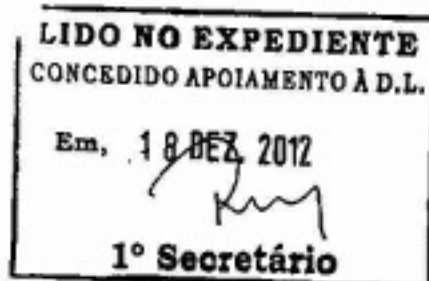
JUSTIFICATIVA

Trata-se de dispositivo que condiciona a manutenção dos parcelamentos realizados com base na Lei n.º. 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, e no Decreto n.º. 4.489, de 08 de maio de 2012, à realização do pagamento dos valores apurados em GIA/ICMS, relativamente à cada período de apuração, durante a vigência do parcelamento.

Ocorre que o referido dispositivo vem gerando dificuldades na administração dos referidos parcelamentos, vez que alguns contribuintes eventualmente quitam o valor devido no mês alguns dias após a data determinada para pagamento, definida em razão do número final da inscrição, seja por equívoco, seja por alguma necessidade temporária da empresa.

Diante disso a Coordenação da Receita do Estado vem rescindindo aos referidos parcelamentos, gerando prejuízos aos contribuintes, por conta da perda dos benefícios obtidos por meio da adesão ao referido procedimento, e à própria receita do Estado, que tem deixado de receber parte dos créditos tributários, inclusive reconhecidos naqueles casos de prática de infração, por parte dos interessados.

Assim, a alteração pleiteada soluciona os problemas apontados, reconhecendo que aqueles contribuintes que resolvem suas pendências dentro do período de 60 (sessenta) dias não possuem, por óbvio, intenção de se tornar inadimplentes em relação ao fisco do Paraná.



Palácio Iguaçu – Curitiba, 18 de dezembro de 2012
OF CEE/G 267/12

Mens. nº 200/2012

A DAP p/ leitura no Expediente
de
A DAP p/ presidente
Em 18/12/2012
Ross

Senhor Presidente,

Venho pelo presente, solicitar em relação à Lei n.º 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, a emenda no § 2º do art. 21 da aludida lei, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A falta de recolhimento do ICMS declarado por meio da GIA/ICMS mensal, desde que não regularizada no prazo de sessenta dias, no período de vigência do parcelamento, implica sua rescisão imediata”.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

Recebido -
Em 18/12/2012
18:50
JPP
SGP/2012

GABCC/CEE/JLI

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Saete, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2400 | Fax: (41) 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br

19:01 18/12/2012 00:05:47 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 654/12

Projeto de Lei nº. 654/12.

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 400 /12

Súmula: Altera a Lei n.º. 17.082, de 09 de fevereiro de 2012.

EMENTA: ALTERA A LEI N.º. 17.082 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, 61 E 150 DA CF. ARTS. 13, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 26 DA LEI ESTADUAL Nº 8.485/87. ARTS. 1º E 2º DECRETO ESTADUAL Nº 2.838/97. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a Lei n.º. 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, que trata sobre a falta de recolhimento do ICMS.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, importante ressaltar os seguintes dispositivos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Além disso, a Lei Estadual n.º 8.485 de 03 de junho de 1987, dispõe sobre as competências da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** mais especificamente em seu artigo n.º 26 que assim determina:

Art. 26. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

Nesta esteira, o campo de atuação e competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto n.º 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

XIII - defesa dos capitais do Estado.

Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, resta claro que como o chefe do Poder Executivo detém competência para criar as Leis em comento, também possui a prerrogativa de alterá-las.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


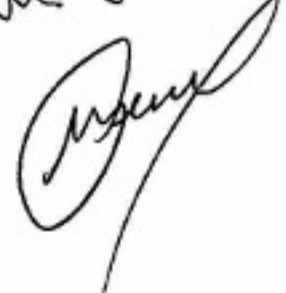

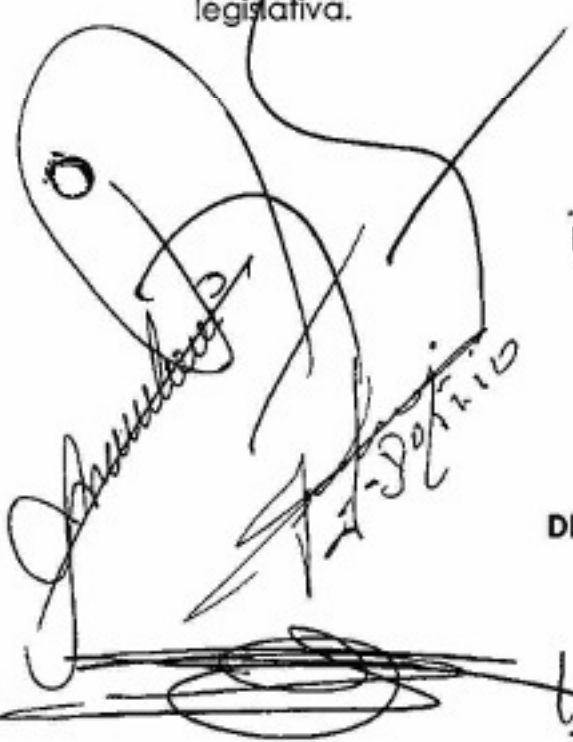


Sala das Comissões, 18 de Dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

Relator







APROVADO

18.12.12